



Teoria do Conhecimento, Epistemologia e Filosofia do Direito

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2020



Teoria do Conhecimento, Epistemologia e Filosofia do Direito

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Teoria do conhecimento, epistemologia e filosofia do direito

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Teoria do conhecimento, epistemologia e filosofia do direito
/ Organizadores Adaylson Wagner Sousa de
Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos.
- Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-626-3
DOI 10.22533/at.ed.263202711

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de
(Organizador). II. Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de
(Organizadora). III. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Em **TEORIA DO CONHECIMENTO, EPISTEMOLOGIA E FILOSOFIA DO DIREITO**, coletânea de dezesseis capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica de cidadania que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente inclusivo, diverso e de/para todos.

Temos, nesse volume, dois grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos de proteção às minorias e estudos de direito e sociedade.

Estudos de proteção às minorias traz análises relevantes sobre a população negra, pobre, criança e adolescente, deficiente, idosa e transexual.

Em estudos de direito e sociedade são verificadas contribuições que versam sobre empresa, marca, direitos autorais, sociedade da informação, mediação, lavagem de capitais, justiça em Cícero e o ofício da advocacia em prol da sociedade.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“VIDAS NEGRAS IMPORTANTAM”: MOVIMENTOS REFLEXIVOS DA SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO

Erika Rejane Rodrigues de Souza Fideles

Francisca Bezerra de Souza

Karen Giuliano Soares

Luciane Pinho de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.2632027111

CAPÍTULO 2..... 17

O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA: SUPERAÇÃO OU ALÍVIO DA POBREZA?

Andrea Oliveira D’Almeida

DOI 10.22533/at.ed.2632027112

CAPÍTULO 3..... 31

POBREZA EXTREMA E DIREITOS SOCIAIS: A PROTEÇÃO DAS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL COMO FATOR DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Viviane Freitas Perdigão Lima

Renata Caroline Pereira Reis

DOI 10.22533/at.ed.2632027113

CAPÍTULO 4..... 44

COMUNICAÇÃO ENTRE AS ÁREAS DO CONHECIMENTO: A INTERDISCIPLINARIDADE COMO ESTRATÉGIA DIALÓGICA E A GARANTIA DE PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lúcia Aparecida Goulart Vieira

Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima

Márcia Rejane Mesquita O. Silva

DOI 10.22533/at.ed.2632027114

CAPÍTULO 5..... 60

FAMÍLIAS, DEFICIÊNCIAS E INCLUSÃO: UM OLHAR PSICOSSOCIAL E JURÍDICO

Elisa Néri Ribeiro de Carvalho Romero Rodrigues

Claudia Mazzer Rodrigues Palucci

Sarah Telini Garcia

Andresa Sousa Maito Gomes

Heloisa Helena de Souza Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.2632027115

CAPÍTULO 6..... 70

COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO UM DIREITO HUMANO: UMA VISÃO FEMINISTA SOBRE A GUARDA E ALIENAÇÃO PARENTAL

Máisa Sampietro Pinheiro

Marcos Aragão Couto de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.2632027116

CAPÍTULO 7..... 83

OS CÍRCULOS DE PAZ COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO NO CUIDADO DE IDOSOS VÍTIMAS DE MALTRATO

Eliete Teles de Jesus Souza

Jéssica Silva da Paixão

DOI 10.22533/at.ed.2632027117

CAPÍTULO 8..... 97

ANÁLISE DO PROCESSO DE DESJUDICIALIZAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO NO REGISTRO CIVIL BRASILEIRO DA PESSOA TRANSEXUAL

Roberta Julliane de Lima Santos Lira

DOI 10.22533/at.ed.2632027118

CAPÍTULO 9.....117

ESPIONAGEM: A PRESENÇA DA PRÁTICA NA HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Elmer Érico Link

Wisllen Rayron de Souza Rosa

DOI 10.22533/at.ed.2632027119

CAPÍTULO 10..... 135

REGISTRO DE MARCAS: UM ESTUDO DE CASO NO GRUPO CLAUDINO

Bekembauer Procópio Rocha

Andressa Grazielle Silva Oliveira

Sandy Raiany de Sousa Abreu

Francisco Sandro Rodrigues Holanda

DOI 10.22533/at.ed.26320271110

CAPÍTULO 11..... 146

FANFICTION, *FANART*, *FANZINE*: EXPRESSÕES ARTÍSTICAS DOS FÃS PERANTE OS DIREITOS AUTORAIS

Natalia Zimmermann

DOI 10.22533/at.ed.26320271111

CAPÍTULO 12..... 164

CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA NOVA EPISTEMOLOGIA JURÍDICA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Gustavo Ferreira Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.26320271112

CAPÍTULO 13..... 176

MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO EFETIVO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Raíssa Varrasquim Pavon Ovando

Rômulo Gustavo de Moraes Ovando

Pedro Pereira Borges

DOI 10.22533/at.ed.26320271113

CAPÍTULO 14..... 189

APLICAÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NOS CRIMES DE LAVAGEM DE CAPITALS

João Augusto Borges Terra

Nivalda de Silva Lima

DOI 10.22533/at.ed.26320271114

CAPÍTULO 15..... 197

A JUSTIÇA EM CÍCERO: ANÁLISE DA JUSFILOSOFIA PRESENTE NAS OBRAS "DE REPÚBLICA" E "DOS DEVERES" DE CÍCERO

José Dorival Ribeiro de Brito Neto

DOI 10.22533/at.ed.26320271115

CAPÍTULO 16..... 212

A FUNÇÃO DO ADVOGADO PERANTE A SOCIEDADE E ASPECTO *SUI GENERIS* DO SEU MANDATO

Jean Helena Blum

DOI 10.22533/at.ed.26320271116

SOBRE OS ORGANIZADORES 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 222

REGISTRO DE MARCAS: UM ESTUDO DE CASO NO GRUPO CLAUDINO

Data de aceite: 23/11/2020

Data de submissão: 04/09/2020

Bekembauer Procópio Rocha

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí
Angical do Piauí/PI – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6811271467138067>

Andressa Grazielle Silva Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí
Angical do Piauí/PI – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7744386168275440>

Sandy Raiany de Sousa Abreu

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí
Angical do Piauí/PI – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5593230169436338>

Francisco Sandro Rodrigues Holanda

Universidade Federal de Sergipe – UFS – São
Cristóvão/SE – Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/7935943969315043>

RESUMO: Marca é o designativo que identifica produtos e serviços, além de ser muito importante na relação empresa/consumidor. No presente estudo, foi proposto levantar a estrutura de proteção de sinais que o Grupo Claudino utiliza nas suas relações comerciais, bem como na divulgação e comercialização de seus produtos e serviços. Por meio de um estudo de caso, utilizando uma metodologia quantitativa e com

caráter exploratório, verificou-se a situação em que se encontra cada marca pertencente ao grupo através do site do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que é o órgão responsável por oficializar os pedidos de registro. No total foram contabilizadas 305 (trezentos e cinco) marcas, dentre as quais fazem parte de 26 (vinte e seis) classes, de acordo com a Classificação de Nice. Vale ressaltar a disparidade que foi encontrada no uso do tipo de marca mista e nominativa em relação a figurativa e tridimensional.

PALAVRAS-CHAVE: Marca; Registro de Marca; Vantagem Competitiva.

BRAND REGISTRATION: A CASE STUDY IN CLAUDINE GROUP

ABSTRACT: Brand is the name that identifies products and services, in addition to being very important in the company / consumer relationship. In the present study, it was proposed to raise the signal protection structure that the Claudino Group uses in its commercial relations, as well as in the dissemination and commercialization of its products and services. Through a case study, using a quantitative methodology and with an exploratory character, the situation in which each brand belonging to the group is found through the website of the National Institute of Industrial Property (INPI), which is the body responsible for make registration applications official. In total, 305 (three hundred and five) brands were counted, among which they are part of 26 (twenty-six) classes, according to the Nice Classification. It is worth mentioning the disparity found in the use of the mixed and word mark type in relation to the

figurative and three-dimensional.

KEYWORDS: Brand; Trademark Registration; Competitive advantage.

1 | INTRODUÇÃO

As empresas atualmente buscam formas de se destacar em seus segmentos de mercados, e uma das ferramentas que possibilita esse processo é a sua marca, que por sua vez serve como instrumento mercadológico pelo qual o consumidor associa qualidades ou defeitos, reais ou abstratos, permitindo a diferenciação de produtos, serviços e organizações. Utilizadas há muito tempo, as marcas possuem participação fundamental para caracterizar a procedência de produtos ou fabricantes, além de contribuir nas relações entre as empresas e os consumidores, pois agem como um fator de segurança para ambos, facilitando a identificação dos atributos dos produtos/serviços e das empresas. No Brasil, obtiveram regulamentação a partir do Decreto nº 2.682, de 1875, e atualmente são regidas pela Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, seu registro é realizado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI (FILHO, 2014). Nessa perspectiva muitas empresas recorrem ao registro de marcas para garantir a segurança do seu diferencial competitivo. Ele funciona como garantia de direito a exploração comercial da marca, impedindo assim, o uso por terceiros sem autorização (BRASIL, 1996). Com base nessas informações a presente pesquisa, buscou avaliar como se dá a estrutura de proteção de marcas do Grupo Claudino. Adotando como metodologia um estudo de caso, pesquisa quantitativa e exploratória. O Grupo Claudino foi escolhido pois no Estado do Piauí o é uma das organizações de maior expressão, atua em diversos segmentos de mercado com suas 16 (dezesesseis) empresas e diversas marcas, algumas delas com expressão nacional. O objetivo geral deste trabalho é levantar a estrutura de proteção de sinais que o Grupo Claudino utiliza nas suas relações comerciais, bem como na divulgação e comercialização de seus produtos e serviços. Este estudo justifica-se por sua novidade e oportunidade. Novidade, pois a literatura ainda não esgotou o tema, portanto é diante dessa lacuna que esse trabalho se posiciona, buscando ampliar e difundir esse conhecimento. Oportunidade, porque é cada vez mais evidente e debatido a posição estratégica bem como a vantagem competitiva propiciada pelo singular ativo intangível que é a marca (AAKER, 1991), assim, entende-se salutar discutir o tema frente ao interesse latente da sociedade e empresas para compreender mais sobre o tema para utilizá-lo com maior frequência. Desta forma, será possível analisar, interpretar, mensurar e quantificar os dados sobre as marcas das empresas do grupo Claudino.

2 I REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Marca e Registro de Marca

De acordo com a Lei nº 9.279, de maio de 1996, marca é aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa. É a representação simbólica de uma entidade, qualquer que ela seja algo que permita identificá-la de modo imediato. A legislação afirma que ela serve para a identificação de produtos e serviços através de um sinal distintivo, visualmente perceptível que os distingue uns dos outros. Portanto, o caráter de distintividade é requisito legal e está consagrada no artigo 122 da lei nº9. 279/96 (BRASIL, 1996) A regra é que todo sinal pode constituir marca, desde que diferencie os objetos de outros idênticos ou semelhantes de proveniência diversa e não seja ofensivo ao preceito legal. Assim, a marca poderá consistir em tudo, devendo distinguir-se de outras relacionadas a produtos idênticos ou semelhantes, e não atentar contra os bons costumes e a ordem pública (FARIA, 1906; SOARES, 1968). De acordo com as diretrizes de análise de marcas do INPI, a marca é: Todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifica e distingue produtos e serviços de outros análogos, de procedência diversa, bem como certifica a conformidade dos mesmos com determinadas normas ou especificações técnicas (INPI, 2012). Registro de marca equivale a uma escritura que protege o design de produtos, serviços e organizações. Registrar a marca não é apenas uma forma de garantir um direito de uso exclusivo ao proprietário, mas principalmente, é um meio de reconhecimento cada vez mais frequente, pois o uso da marca constitui um importante ativo para as empresas. Em geral, as normas não especificam exatamente o objeto da proteção por marca, ficando a cargo de a doutrina especificar as particularidades e seus desdobramentos no exercício da proteção dos sinais. A Lei de Propriedade Industrial prescreve em seu artigo 122 que “são suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais” (BRASIL, 1996), já no art. 124 refere-se às que não podem ser registradas como marca, por exemplo: brasão, armas, medalha, bandeira, emblema, distintivo e monumento oficiais, públicos, nacionais, estrangeiros ou internacionais, bem como a respectiva designação, figura ou imitação. Durante o processo de registro ou pós, as marcas adquirem algumas situações de status como o estado de vigor, onde a marca está em vigência. Situação de arquivada, quando há ausência de pagamento de algumas taxas de renovação ou existe alguma exigência do INPI não cumprida. As marcas podem ser extintas pela expiração do prazo de vigência, renúncia total ou parcial, caducidade ou inobservância do disposto no art. 217 do mesmo diploma legal (INPI, 2018). O indeferimento da marca acontece, quando o INPI considera que uma marca não poderá ser registrada, pela existência de outra

marca semelhante já registrada. O exame formal é outra situação do processo de registro, onde são verificadas as condições formais necessárias para a continuidade do processo. Outro estado é o sobrestamento, que segundo o INPI (2018), é o despacho de natureza preliminar pelo qual, antes do pronunciamento quanto ao mérito do pedido de registro, decide-se postergar seu exame até que se conclua o trâmite de anterioridade ainda não decidida em caráter definitivo.

2.2 Classificações

As marcas se classificam de diferentes formas: de natureza, de apresentação, assim como por classificações que tratam dos produtos e serviços a que se referem (Nice) e classificações dos elementos figurativos (Viena), ambas regidas por acordos internacionais administrados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (MEDEIROS, 2014) Quanto à natureza, as marcas podem ser de: produto, serviço, coletiva ou de certificação. Segundo o art. 123, inciso I da LPI, “as marcas de produto ou serviço são as usadas para distinguir produtos ou serviços de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa”, o inciso II corresponde a certificação que são as usadas para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada, e no inciso III refere-se às marcas coletivas que são as usadas para identificar produtos ou serviços vindos de membros de uma determinada entidade representativa desses membros (BRASIL, 1996). As apresentações podem ser nominativas, figurativas, mistas ou tridimensionais. As nominativas são constituídas por uma ou mais palavras em alfabeto romano, podendo ser letras combinadas ou neologismos, além de combinações de letras ou algarismos romanos ou árabicos, desde que não se apresentem sob forma figurativa (INPI, 2013). As figurativas são compostas por desenho, imagem, figura ou símbolo, forma figurativa de letra ou algarismo isoladamente, ou acompanhado por desenho, imagem, figura ou símbolo, palavras compostas por letras de alfabetos distintos do idioma oficial, como hebraico, árabe, etc. (INPI, 2013). As mistas combinam as características das nominativas e figurativas, ou quando são compostas por termos nominativos que sejam apresentados de forma estilizada. E, as tridimensionais são formadas pela forma do produto ou da sua embalagem, não sendo permitido estar associada a efeito técnico (INPI, 2013). As classificações de Nice e de Viena advêm dos acordos internacionais que as nomeiam. O acordo de Nice estabelece uma lista de classes de produtos e serviços que devem ser indicados nos pedidos de registro para os quais a proteção da marca é pretendida. Da mesma forma deve ocorrer com as classificações estabelecidas no acordo de Viena, que por sua vez é relativo aos elementos figurativos que formam as marcas, tornando possível identificar, numa busca, marcas compostas de elementos que são iguais ou semelhantes

(WIPO, 2019). Todas as classificações acima tratadas devem ser feitas antes de ser realizado o pedido de registro do sinal a que se pretende proteger e, além disso, as classificações de Nice e Viena são importantes ferramentas em análises de viabilidade de registro e colidência.

2.3 Vantagem Competitiva

Compreende-se a estratégia que é escolhida e seguida pela organização para sustentar o sucesso da mesma. Pode também ser entendida como uma vantagem que uma empresa tem em relação aos seus concorrentes e descreve atributos que permitem uma organização superar os mesmos. A vantagem competitiva pode ser vista como objetivo das ações da empresa, pode ser usada para explicar a diversidade entre as empresas, pode ser vista como objetivo final da função corporativa e, finalmente, poder explicar o sucesso ou fracasso na competição internacional (VASCONCELOS; BRITO, 2004) Refere-se a atributos exclusivos que a empresa incorpora para se beneficiar, segundo Porter (1989), ela é uma combinação única de valor, responsável por criar um conjunto de serviços que distingue a empresa de suas concorrentes. É um aspecto positivo que serve para destacar a organização das demais existentes. Assim, em meio a tantos outros produtos muito parecidos, quem usar um diferencial poderá ser mais bem reconhecido pelo consumidor como sendo único com relação ao seu nicho. De modo geral, a marca é a mais valiosa e sustentável vantagem competitiva de uma organização, mesmo o preço sendo superior ao de muitas empresas, o consumidor passa a ter maior susceptibilidade para adquirir os produtos de marcas reconhecidas mundialmente (MARTINS, 2006).

3 | METODOLOGIA

O presente estudo teórico busca demonstrar um panorama dos registros de marca do Grupo Claudino, que possui uma gama de empresas em diversos segmentos de mercado. As empresas que constituem o grupo têm como valores a busca por produtos e serviços de qualidade, ética, responsabilidade social. Em 1958, os irmãos Claudino, fundaram o armazém Paraíba na cidade de Bacabal - MA, empresa que deu origem ao Grupo Claudino. O grupo foi se expandindo, e o armazém foi instalado na cidade de Teresina-PI, onde conquistou o território piauiense (GRUPO CLAUDINO, 2018). Com o passar dos anos foi ganhando credibilidade no estado, possibilitando a criação de múltiplas empresas de diversos segmentos que compõem o grupo, chegando hoje a 16 (dezesesseis) empresas, sendo elas: Armazém Paraíba, Bike do Nordeste, Cólón Implementos, Sucesso Construtora, Frigotil, Gestão Peles e Couros, Guadalajara, Halley Gráfica, Houston do Nordeste, Rápido London, Onix Colchões, Onix Jeans, Teresina Shopping, Remanso, Socimol e Sucesso Publicidade, conhecidas nacionalmente. Para coleta

de dados, fez-se necessário utilizar o banco de dados do INPI, órgão responsável no Brasil por executar normas que regulam a propriedade industrial, levando em consideração sua função social, econômica, jurídica e técnica. Com o intuito de analisar como ocorre o processo de proteção de marcas no grupo, seus canais e sua importância, adotou-se um estudo de caso. E que segundo Yin (2010), é utilizado quando se deseja entender um fenômeno da vida real em profundidade, englobando importantes condições contextuais. O estudo apresenta-se como uma abordagem quantitativa, pois nessa pesquisa, a representação dos dados ocorre através de técnicas quânticas de análise, cujo objetivo dos resultados dinamiza o processo de relação entre as variáveis (MARCONI; LAKATOS, 2011). Quanto aos objetivos, classifica-se como pesquisa exploratória, pois proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 2002).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com base nas informações coletadas no banco de dados do INPI, das 16(dezesseis) empresas listadas no site do grupo Claudino, apenas 10(dez) foi possível serem analisadas em razão da falta de informações do sítio eletrônico do INPI, sendo possível apenas o das seguintes: Armazém Paraíba, Bike do Nordeste, Cólón Implementos, Construtora Sucesso, Guadalajara, Halley Gráfica, Houston do Nordeste, Rápido London, Socimol e Teresina Shopping. Para ter acesso às informações de cada empresa na base de dados do site, fez-se necessário o uso do CNPJ das sedes, onde os mesmos possibilitaram o conhecimento da situação e características de cada marca registrada no INPI. As primeiras marcas encontradas foram registradas no ano de 1974. Para melhor entendimento, utilizou-se uma base de 50(cinquenta) anos, onde foram divididos em 05(cinco) períodos correspondentes a 10(dez) anos. O grupo registrou cerca de 305 marcas relacionados a suas empresas, produtos e serviços oferecidos.

Quantidade			Situação						
Períodos	Anos	Marcas registradas	Vigor	Extinta	Indeferida	Pedido Exi.	Arquivada	Sobrestado	Aguard. Exame
1º	1972-1982	5	3	2	0	0	0	0	0
2º	1982-1992	35	20	8	3	0	4	0	0
3º	1992-2002	86	41	4	1	2	37	1	0
4º	2002-2012	90	66	0	13	0	10	1	0
5º	2012-2019	89	45	0	22	0	12	0	10
Total	40	305	175	14	39	2	63	2	10

Tabela 1: Distribuição das marcas de acordo com a situação atual do processo.

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Quanto à situação vigente do grupo (tabela 1), no primeiro período, foram registradas 05(cinco) marcas, estando 03(três) em vigor e 02 (duas) extintas. No segundo, foram registradas 35(trinta e cinco), estando elas 20(vinte) em vigor, 08(oito) extintas, 03(três) indeferidas e 04(quatro) arquivadas. No terceiro período, registram 86(oitenta e seis) marcas, onde 41(quarenta e uma) estão em vigor, 4(quatro) extintas, 01(uma) indeferida, 02(duas) aguardando pedido para exame e 37(trinta e sete) arquivadas. No quarto período, o grupo registrou 90(noventa) marcas, delas 66(sessenta e seis) estão em vigor, 13(treze) indeferidas, 10(dez) arquivadas e 01(uma) em sobrestamento. No último, observou-se 89(oitenta e nove) registros, estando 45(quarenta e cinco) em vigor, 22(vinte e duas) indeferidas, 12(doze) arquivadas e 10(dez) aguardando exame. Partindo para análise das apresentações (tabela 2), no primeiro período, as 5(cinco) marcas registradas, 4(quatro) apresentam-se como nominativas e 1(uma) como figurativa. No segundo momento, dos 35(trinta e cinco) registros, 25(vinte e cinco) comportam-se como nominativas e 10(dez) como figurativas. No terceiro intervalo, das 86(oitenta e seis) marcas, 57(cinquenta e sete) mostram-se como nominativas e 30(trinta) como mistas. No quarto intervalo, de 90(noventa) marcas registradas, 29(vinte e nove) são nominativas, 14(quatorze) figurativas e 44(quarenta e quatro) mistas. No último espaço, observa-se 89 (oitenta e nove) registro de marcas, onde 25(vinte e cinco) exibem-se como nominativas e 66(sessenta e seis) como mistas.

Quantidade			Apresentação			
Períodos	Anos	Marcas registradas	Nominativa	Figurativa	Mista	Tridimensional
1º	1972-1982	5	4	1	0	0
2º	1982-1992	35	25	0	10	0
3º	1992-2002	86	57	0	30	0
4º	2002-2012	90	29	14	44	0
5º	2012-2019	89	25	0	66	0
Total	35	305	140	15	150	0

Tabela 2: Distribuição das marcas de acordo com a apresentação das classes.

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

O quadro abaixo traz as descrições das 26(vinte e seis) classes de produtos e serviços encontrados na análise do grupo. Em relação a classificação, da classe 3(três) a 28(vinte e oito) estão as referentes a natureza produtos, e a partir de 35(trinta e cinco) até 41(quarenta e um) as correspondentes aos serviços.

Classe	Produtos (classes nacionais)
3	Perfumaria; cosméticos; óleos essenciais
4	Graxas e óleos industriais; lubrificantes; velas e pavios para iluminação
6	Materiais comuns e suas ligas; materiais de metal para construção
7	Máquinas; equipamentos; dispositivos; veículos
8	Ferramentas e instrumentos manuais; cutelaria; armas brancas
9	Aparelhos para transmitir sons e imagens
11	Aparelhos de iluminação; aquecimento e produção de vapor
12	Veículos; aparelhos para locomoção por terra, ar ou água
14	Materiais preciosos e suas ligas; joias e bijuterias
16	Papel; papelão; materiais de escritório
18	Couro e imitações de couro; peles de animais
20	Móveis; espelhos; molduras; espumas-do-mar
21	Utensílios e recipientes para casa ou cozinha
22	Cordas; fios; redes e materiais de enchimento
23	Fios para uso têxtil
24	Tecidos; produtos têxteis; coberturas de cama e mesa
25	Vestuário; sapatos; chapelaria
26	Rendas e bordados; fitas e laços; botões; colchetes
27	Carpets; tapetes; esteiras; revestimentos de assoalho
28	Jogos e brinquedos; artigos para ginástica

Classe	Serviços (classes nacionais)
35	Propaganda; gestão de negócios; funções de escritório
37	Construção civil; reparos; serviços de instalação
38	Telecomunicações
39	Transporte; embalagem e armazenagem de produtos
40	Tratamento de materiais
41	Educação; provimento de treinamento; entretenimento

Quadro 1: Classificação de Nice

Fonte: adaptado de WIPO, 2015.

Visando mostrar os segmentos escolhidos pelo grupo, o (gráfico 1) exhibe a porcentagem das classes relativas aos pedidos de registro. Das 45(quarenta e cinco) classificações de NICE, foram observadas 27(vinte e sete) classes, mescladas entre produtos e serviços, listadas no gráfico 1 abaixo.

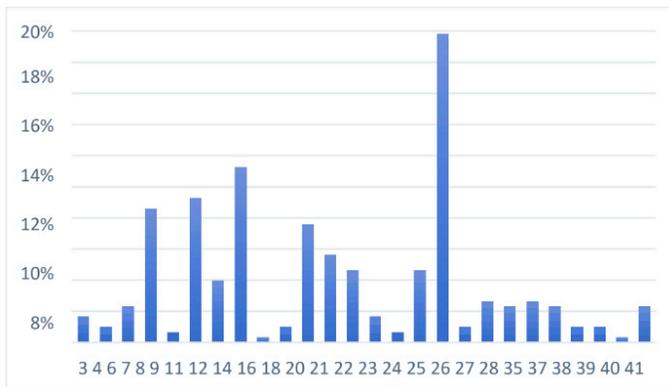


Gráfico 1: Distribuição das classes em porcentagem de acordo com a Classificação de Nice.

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

5 | CONCLUSÃO

A partir das análises dos dados coletados, foi possível identificar a composição da estrutura de proteção do Grupo Claudino da seguinte forma: dos pedidos de registros de marcas feitos relativos à produtos se sobrepõem aos referentes à serviços, com destaque para os ramos de vestuário e de veículos e aparelhos de locomoção, detendo 20% e 11% do total de registro de marcas respectivamente. O presente estudo demonstrou que em relação a apresentação dos dados, predominou-

se as mistas com cerca de 49% e as nominativas com aproximadamente 46% do total de registros solicitados. Restando um pouco mais de 4% para as figurativas e nenhum registro equivalente as tridimensionais. As situações nas quais os pedidos de registro se encontram também foi objeto de análise, cerca de 57% de suas marcas registradas ainda permanecem em vigor, 4,5% estão extintas e, cerca de 3% estão aguardando exame de mérito. Em geral, o Grupo Claudino sempre busca solicitar o registro de marcas, pois assim, protege seus produtos e serviços do uso indevido de terceiros e, também aumenta o seu nível de competitividade, pois dá segurança a empresa e aos consumidores. Como consequência, essa vantagem competitiva faz com que os clientes tenham maior interesse em adquirir os produtos ou serviços de marcas que são nacionalmente conhecidas.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. **Managing brand equity**. New York: Free Press, 1991.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FARIA, Antônio Bento de. **Das marcas de fábrica e de comércio e do nome comercial**. 1ª edição. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1906.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO CLAUDINO. **Uma história de sucesso**. Disponível em: <grupoclaudino.com.br> Acesso em: 07 de dez. de 2018.

GUIMARAES, Paulo Ricardo Bittencourt. **Métodos Quantitativos Estatísticos**. 1ª Edição. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

INPI. **Diretrizes de Análise de Marcas**. 2012. Disponível em: < <https://www.gov.br/inpi/pt-br>> Acesso em 05 de dez. de 2018.

INPI. **Marcas- Mais informações**. 2013. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menuservicos/marcas/marca-2013-mais-informacoes> Acesso em 05 de fev. de 2019.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 10ª edição, 7ª reimpressão-tradução Bazán Tecnologia e Linguística; Revisão Técnica Arão Sapiro. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, José Roberto. **Branding: Um manual para você criar, gerenciar e avaliar marcas**. 3.ed. Global Brand 2006.

MEDEIROS, A.R.F. **Registro de marca**: Estudo do uso sistema marcario por empresas sergipanas. Sergipe: São Cristóvão, 2014.

PORTER, M. **Vantagem Competitiva**: Criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus (1989).

SOARES, José Carlos Tinoco. **Direito de marcas**. 1a Edição. São Paulo: Atlas, 1968.

VASCONCELOS, F. C.; BRITO, L. A. L. **Vantagem competitiva**: o construto e a métrica. Revista de Administração de Empresas, v. 44, p. 2, 2004.

WIPO, **World Intellectual Property Organization. List of Goods and Services in Class Order**. 2015. Disponível em: <https://www.wipo.int/classifications/nice/nclpub/> Acesso em: 04 de fev. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 58, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 153

Advogado 42, 116, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Alienação parental 70, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 82

B

Bolsa Família 17, 18, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 34

C

Cícero 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211

Conhecimento 2, 2, 44, 47, 51, 54, 56, 57, 58, 84, 89, 94, 120, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 131, 136, 140, 148, 149, 154, 194, 195, 199, 201, 203, 204, 209

Criança 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 87

D

Deficiência 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Desenvolvimento 5, 19, 23, 25, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 42, 43, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 76, 79, 87, 92, 98, 100, 103, 108, 111, 114, 119, 123, 129, 130, 153, 167, 173, 176, 178, 182, 183, 185, 186, 187, 199, 205, 220, 221

Direito autoral 161

Direitos humanos 1, 3, 4, 5, 8, 9, 13, 15, 16, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 42, 70, 74, 87, 101, 112, 115, 116, 124, 220

Direitos sociais 7, 11, 17, 18, 22, 28, 31, 32, 35, 36, 38, 42, 47, 50, 53, 54, 58, 220

E

Empresa 119, 120, 121, 126, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 139, 140, 144, 147, 154, 155, 156, 170, 173

Epistemologia 2, 164, 166, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 187

F

Família 13, 17, 18, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 77, 79, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 105, 106, 112, 200

Filosofia do Direito 2

G

Gênero 73, 76, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 151, 158, 179, 212

I

Idoso 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95

Inclusão 8, 23, 27, 40, 42, 48, 59, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 94, 99, 114, 184

J

Justiça 4, 8, 9, 13, 24, 31, 32, 35, 41, 49, 50, 53, 62, 82, 89, 91, 96, 106, 107, 108, 109, 111, 115, 116, 130, 176, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 218

L

Lavagem de dinheiro 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196

M

Mediação 83, 151, 176, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

P

Pobreza 5, 9, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 42, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 86, 201

R

Registro de marca 135, 137, 145

S

Sociedade 1, 2, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 29, 35, 41, 42, 50, 52, 53, 54, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 72, 73, 83, 84, 86, 88, 89, 91, 94, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 108, 113, 114, 117, 118, 122, 126, 132, 136, 153, 159, 164, 165, 166, 167, 169, 174, 175, 177, 180, 184, 186, 187, 192, 197, 198, 201, 202, 204, 205, 208, 209, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Sociedade da Informação 164, 165, 166, 167, 169

T

Teoria 2, 42, 69, 81, 95, 158, 162, 168, 175, 181, 182, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 210, 220

Teoria da cegueira deliberada 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196

Transexual 97, 106, 108, 110, 111, 115

V

Vidas negras 1, 2, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15

Violência doméstica 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 82



Teoria do Conhecimento, Epistemologia e Filosofia do Direito

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020



Teoria do Conhecimento, Epistemologia e Filosofia do Direito

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 